



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007

ACTA Nº 05/2007

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e Anabela da Silva Calisto em substituição do Segundo Secretário Nuno Filipe Medeiros.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel da Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Gilberto Gouveia Branquinho; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia e Nuno Filipe Medeiros Martins.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Durval Carlos

Almeida Faria; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Participaram ainda na sessão, no período de intervenção aberto ao público, os Senhores José Fernando Carneiro Sousa, Eurico Lima e Rui Câmara Vieira.

De seguida passou-se à leitura da acta da quarta sessão ordinária, do dia 13 de Setembro de 2007.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que na referida acta não ficou registado no ponto nº 4 – Proposta – Imposto Municipal Sobre Imóveis – IMI, a listagem das entidades que foram apoiadas pela Câmara Municipal, quando em plena reunião o Senhor Presidente da Câmara as enumerou todas e no ponto referente ao Conselho Municipal de Segurança não ficou registado o que efectivamente se passou, nomeadamente, os nomes apresentados pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Bancada do Partido Social-Democrata.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que na acta ficou registado todos os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações.

O membro Rui Ramos referiu que pode não ser relevante para o Partido Socialista mas politicamente para o Partido Social-Democrata é importante ficar registado em acta tudo o que se passa em plena sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da quarta sessão ordinária, do dia 13 de Setembro de 2007.

A acta foi aprovada, por maioria, com seis votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria do Carmo Matos Lima; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Miguel Pires, dos vinte e dois membros presentes no plenário.

Pelo membro Paulo Jorge Borges foi apresentada a declaração de voto que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“Os deputados municipais do PSD à Assembleia Municipal de Lagoa abaixo indicados não aprovam a acta referente à sessão de 13 de Setembro de 2007, pelas seguintes razões:

1 – Na referida reunião o Presidente da Câmara, Eng.º João Ponte, ao responder a uma questão levantada pelo PSD, fez questão de elencar de forma exaustiva cerca de cinquenta entidades que a Câmara Municipal apoia financeiramente. Como na acta da reunião em causa, é apenas mencionado que o Presidente da Câmara

enumerou cerca de 50 entidades, não as mencionando uma a uma e como esta lista constitui informação importante – senão o Presidente da Câmara não a teria elencado toda – deveria constar da acta.

2 – Sobre a escolha, por parte da Assembleia Municipal de quatro pessoas idóneas para fazerem parte do Conselho Municipal de Segurança, o tombado em acta não retrata de forma alguma o que se passou na referida eleição, porque: a) omite o facto do Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, ter apresentado uma lista de quatro nomes (Graça Almeida, Silvério Leite, Dina Tavares e José Dinis Rego) para serem votados e do PSD ter apresentado uma lista de treze nomes (Ângelo Manuel Albergaria Pacheco, Luís Martins Mota, Silvério Leite, Francisco Vieira, Gustavo Frazão, João Manuel da Ponte, Rui Meneses, Alfredo Furtado, Natália Martins do Vale, Rui Vieira Câmara, Gilberto Furtado, Paulo Morgado, Jorge França); b) omite o facto do Presidente da Assembleia Municipal ter contraposto que só iriam ser votados os quatro nomes que ele tinha escolhido e proposto; c) omite o facto dos deputados do PSD, nomeadamente Paulo Amaral Borges, ter obviamente protestado por esta atitude prepotente e de atropelo às mais elementares regras da democracia e do próprio regimento da Assembleia Municipal; d) omite o facto do referido deputado do PSD ter proposto a fusão das duas listas de nomes, numa lista única, para que desta os membros da Assembleia Municipal escolhessem quatro; e) omite que esta proposta foi rejeitada pelo Presidente da Assembleia Municipal; f) omite o facto do deputado socialista Eduíno Rego ter afirmado de forma categórica que o se estava a passar, estava mal e que a escolha da Assembleia não deveria ser condicionada por nenhuma das listas, fundidas ou não, tendo proposto que os deputados votariam por quatro vezes num nome da sua escolha, quer constassem dos 17 nomes já mencionados ou de outros; g) omite ainda que foi só após esta intervenção e com base nesta proposta do deputado Eduíno Rego, imediatamente apoiada pelos deputados do PSD, que foi feita a escolha dos quatro nomes para o Conselho Municipal de Segurança.

Perante isso, os deputados municipais Leonel da Silveira, Paulo Amaral Borges, Rui Ramos, Luís Pires, Rui Borges e Maria do Carmo Lima votaram contra a aprovação da respectiva Acta da Assembleia Municipal.

Os mesmos deputados lamentam profundamente o facto do Presidente da Assembleia Municipal – Sr. João Manuel Sousa – afirmar que, apesar de se lembrar de tal ter ocorrido assim, não considerar significativo de inclusão na respectiva

acta, aliás afirmações semelhantes às proferidas pelo mesmo em 29 de Junho de 2007 em situação idêntica.”

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 14 de Setembro de 2007 a 28 de Dezembro de 2007 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Leonel da Rosa da Silveira; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida e Paulo Jorge Cimbron Varão, foram recebidas comunicações solicitando justificação das faltas à sessão ordinária de 13 de Setembro de 2007.

Pelo membro Gilberto Gouveia Branquinho foi recebida comunicação solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2007.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

PROPOSTA PARA A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE PESAR AO SENHOR JOÃO PEDRO FURTADO OLIVEIRA:

Pela Mesa da Assembleia Municipal foi presente a proposta que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“A Mesa da Assembleia vem propor à Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Pedro Furtado Oliveira, a quem reconhecemos o seu importante contributo pela dinamização social e cultural da Freguesia do Cabouco.

João Pedro Furtado Oliveira fica na memória dos lagoenses, e em especial dos cabouquenses, como sendo uma pessoa solidária e um grande dinamizador que contribuiu para a fundação de algumas Instituições, como o Grupo de Escoteiros da Freguesia do Cabouco, a Casa do Povo e o Centro Social e Cultural do Cabouco, tendo sido uma das pessoas que mais apelou à construção do Edifício Polivalente, onde actualmente se localiza este centro, do qual foi Presidente, no ano de 2004.

O Projecto Ser Criança, que teve a duração de três anos, foi outra iniciativa em que se envolveu, assim como foi membro da Comissão Fabriqueira da Paróquia do Cabouco, ao longo de dezoito anos.

Foi tesoureiro da Junta Administrativa do Cabouco durante quatro meses e, posteriormente, tesoureiro desta Junta, após eleições. Durante vários anos, foi membro da Assembleia Municipal.

Cabe reconhecer, também, que foi umas das personalidades que mais se preocupou com a dinamização social e cultural da Freguesia do Cabouco, manifestando sempre a total disponibilidade para apoiar e acompanhar os vários projectos que visassem ao desenvolvimento local desta freguesia, contribuindo, deste modo, também para o desenvolvimento do Concelho de Lagoa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Pedro Furtado Oliveira.

PROPOSTA PARA A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO PELO SEU 60º ANIVERSÁRIO:

Pela Mesa da Assembleia Municipal foi presente a proposta que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“O Clube Operário Desportivo foi fundado no dia 2 de Janeiro do ano de 1948 por João do Rego Lopes, que na altura era o Capataz da Fábrica do Álcool da Lagoa.

O bom relacionamento existente naquela altura entre o Capataz Mestre João do Rego e o Director da Fábrica, Eng.º Pereira e Cunha, levou a que a Administração autorizasse a criação de uma equipa de futebol sénior no seio da Fábrica do Álcool, que viria a chamar-se Operário, mas que para muitos era mais conhecida por equipa do Pica-Ferrugem.

Esta equipa era formada apenas por trabalhadores da Fábrica, que por sinal muitos deles andavam a picar ferrugem naquela altura, daí a equipa ter sido conhecida pelo nome de Pica-Ferrugem.

Com o encerramento dos dois Clubes existentes no Concelho de Lagoa, “Os Leões” e “Os Vermelhos”, alguns dos jogadores daqueles Clubes ingressaram no Operário, uma vez que eram trabalhadores da Fábrica.

No início, o Clube esteve integrado dentro da Fábrica do Álcool, inclusive a sua Sede Social, que posteriormente foi transferida para uma pequena casa situada na Rua da Fábrica, sendo mais tarde a mesma adquirida pelo Clube, onde está hoje em dia implantada a nova Sede Social.

Assim, no próximo dia 2 de Janeiro de 2008, comemora o seu 60º aniversário. Um evento de grande significado para a história deste clube e cuja importância

reconhecemos para a história do Município de Lagoa, no âmbito do desenvolvimento e dinamização da prática desportiva.

Considerada a importância social do fenómeno desportivo e o seu contributo decisivo na ocupação saudável e na formação integral dos jovens, o Clube Operário Desportivo tem prestado um grande serviço à comunidade lagoense, demonstrado, ao longo destes sessenta anos, pelos sucessos alcançados e pelo número de jovens inseridos nas diversas modalidades desportivas promovidas por este clube.

Tem sido um importante agente dinamizador do desporto, que tem contribuído determinantemente, para a formação de muitos jovens da Lagoa, afastando-os, assim, de comportamentos que põem em risco a integridade da vida humana.

Através das várias modalidades desportivas promovidas, designadamente o Futebol, Atletismo, o Basquetebol, o Judo, o Futsal, o Xadrez e, ainda, com a Secção dos Veteranos e a Escola Infantil, o Clube Operário Desportivo tem despertado o interesse de jovens provenientes de todas as classes sociais e tem contribuindo, determinantemente, para o incremento de princípios éticos essenciais para a consolidação de uma melhor cidadania e uma melhor educação.

Responsabilidade, tolerância, solidariedade, justiça e partilha são os princípios orientadores que tem movido este clube, ao longo destes anos, e que têm sido fomentados junto das novas gerações através da prática desportiva.

Neste contexto, e por considerar a importância do serviço prestado pelo Clube Operário Desportivo, ao longo destes sessenta anos, para o desenvolvimento e para o prestígio do Concelho de Lagoa, a Mesa da Assembleia vem propor à Assembleia Municipal a atribuição de um Voto de Congratulação a este clube pelo seu 60º aniversário.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar um Voto de Congratulação ao Clube Operário Desportivo pelo seu 60º aniversário.

PROPOSTA PARA A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE PESAR AO SENHOR JAIME DINIS MEDEIROS ANDRADE:

O membro Rui Ramos propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria do Carmo Lima; Rui Borges e Luís Miguel Pires a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jaime Dinis Medeiros Andrade, cujo teor abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

"A perda de alguém a quem todos reconhecemos um papel central em prol do desenvolvimento do concelho é sempre um momento penoso para toda a comunidade.

Conscientes dessa realidade o PSD/Lagoa propõe a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de **Jaime Dinis Medeiros Andrade**, dado o importante contributo que ao longo da sua vida sempre emprestou ao desenvolvimento do concelho.

Pessoa extremamente afável, divertida e um nato contador de histórias, **Jaime Dinis Medeiros Andrade** nasceu a 20 de Março de 1940 na freguesia de Santa Cruz (Lagoa).

Casado com Maria Beatriz de Almeida, teve três filhos; Glória Isabel Almeida Medeiros, professora primária no Colégio S. Francisco Xavier; José Manuel Almeida Medeiros e Duarte Moniz Almeida Medeiros, tendo estes dois seguido o exemplo do pai, contribuindo assim para o engrandecimento da empresa e consequentemente do concelho, garante do sustento de muitos Lagoenses.

Mestre Jaime, como era carinhosamente conhecido, fez a instrução primária no concelho, tendo continuado estudos na escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada.

Começou a trabalhar aos 17 anos nas oficinas do Varela & Companhia Lda. e aos 19 anos passou a chefiar toda a secção diesel, incluindo o apoio aos autocarros.

Aos 20 anos foi para a tropa, tendo prestado serviço durante 3 anos na Guiné, regressando ao Varela após a sua estada em África.

A 17 de Outubro de 1969 funda com os sócios José Duarte Andrade, Raulino Anselmo e Fernando Bastos a empresa ligada ao sector automóvel.

Em Janeiro de 1970 iniciam-se as obras de construção da primeira fase das oficinas que começam a laborar em Agosto de 1971, sob orientação técnica de mestre Jaime Andrade e de José Duarte Andrade.

A 1 de Outubro de 1971 dá início à exploração do Posto de Abastecimento de Combustíveis bem como à Estação de Serviços.

Já em Janeiro de 1987 os sócios da Andrade & Irmão, LDA fazem nascer uma nova empresa denominada Andrauto – Comercialização de Automóveis, LDA, desenvolvendo ainda mais a comercialização de viaturas, de modo a angariar mais serviço para as suas oficinas.

Em Maio de 1993 a empresa Andrade & Irmão, LDA, passa a ser sub concessionária, dando inclusivamente assistência técnica oficial à marca IVECO e em Outubro do mesmo ano a empresa passa a garantir assistência técnica oficial à marca HYUNDAI.

A 12 de Fevereiro de 2005, a Andrade & Irmão, LDA, adquire a totalidade do capital da Andrauto e a 29 de Setembro do mesmo ano a empresa é transformada em S.A., ficando a sua denominação conhecida por Andrade & Irmão, SA, ficando como accionistas e membros do Conselho de Administração os senhores Jaime Andrade, José Duarte Andrade e Fernando Jorge Moniz.

Impulsionador de um verdadeiro espírito de equipa, Jaime Andrade foi um impulsionador das festas de Natal, promovendo um ambiente familiar entre todos os colaboradores da empresa, bem presente nas excursões que promovia a vários pontos da ilha com as suas famílias.

Mestre Jaime foi um homem de trabalho até ao dia do seu falecimento e mesmo reformado fazia questão em estar presente, participando sempre nas decisões da empresa.

Por tudo isso, recebeu a 11 de Abril de 2006 o Diploma e a Medalha de Mérito Municipal, assinalando assim 35 anos de contributo prestado ao desenvolvimento económico do Concelho.

A 2 de Setembro de 2007 faleceu o accionista e Presidente do Conselho de Administração, mestre **Jaime Andrade**, pelo que entendeu o PSD/Lagoa apresentar o presente Voto de Pesar pelo falecimento daquele que foi e continuará a ser um exemplo de tenacidade, vontade e coragem empresarial que agora importa reconhecer e enaltecer.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jaime Dinis Medeiros Andrade.

Pelos membros da Assembleia Municipal foram feitas várias intervenções que abaixo se descrevem:

O membro **Durval Carlos Simas Faria**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, referiu que se congratula com a Câmara Municipal pela entrada em funcionamento dos semáforos instalados na Avenida Infante D. Henrique e com a execução, em 2008, da obra de correcção e beneficiação dos

arruamentos e passeios do Aldeamento de Nossa Senhora da Graça, na freguesia do Rosário.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que já foi lançada a concurso público a referida obra que inclui a repavimentação de várias ruas daquele loteamento e lugares de estacionamento. A Câmara pretende concluir os trabalhos no Aldeamento de Nossa Senhora da Graça que estão por concluir há cerca de 20 anos.

O membro **Roberto Manuel Pereira Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, referiu que atendendo ao perigo existente para os peões na Rua principal de Água de Pau, em sua opinião e após contactos estabelecidos com a PSP, seria de todo o interesse, a instalação de semáforos desde a Rua da Vila Nova até à bomba de gasolina, à semelhança dos que já estão a funcionar na freguesia do Rosário.

Sobre a obra de Saneamento Básico em Água de Pau referiu que a mesma tem a duração de 3 anos e questionou se vai haver interrupções e se a obra termina com o saneamento das Ruas ou se vai prosseguir com a ligação à ETAR.

Questionou se vai ter início em 2008 a obra de protecção às moradias da Rua dos Ferreiros, a ser executada pela Secretaria Regional do Ambiente e para quando as obras do Bar da Caloura e do Porto da Caloura.

Sobre o PDM questionou se já existe o traçado da Via Rápida aprovado e se vai haver alterações da proposta de Revisão do PDM devido ao traçado da Via Rápida.

Face às questões colocadas o Senhor Presidente da Câmara informou que no próximo orçamento serão contempladas as instalações de sistemas semafóricos nas freguesias de Água de Pau e Santa Cruz.

Sobre a obra de Saneamento Básico informou que o prazo de execução da mesma é de 3 anos e as ruas mais estreitas têm sido zonas problemáticas, mas não há informação de que a obra vai parar. Relativamente à ETAR trata-se de um projecto antigo e uma empresa da especialidade está a proceder à sua avaliação e quando os trabalhos se realizarem mais a poente da Vila vai haver condições para fazer a ligação à ETAR.

Em reunião com a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos foram dadas garantias de que a obra de Beneficiação da Estrada de Acesso ao Porto da Caloura está em plano e já foi posta a concurso e os trabalhos serão conjugados com a obra de substituição da rede de águas da responsabilidade da Autarquia. Por parte da

Secretária Regional do Ambiente já foi adjudicada a obra para a protecção das moradias da Rua dos Ferreiros. A obra do Porto da Caloura será consignada em Fevereiro, através da Sub-Secretaria Regional das Pescas e terá um prazo de execução de 8 meses.

Sobre a Revisão do PDM informou que está agendada uma reunião em Janeiro de 2008, mas ainda vai demorar alguns meses para entrar em vigor. O processo atrasou-se devido ao novo traçado da Via Rápida.

A membro **Anabela da Silva Calisto**, Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, questionou sobre a conclusão das obras de Ampliação da Escola EB/JI Dr. Francisco Machado Faria e Maia e para quando o início dos trabalhos das seguintes obras: Prolongamento da Estrada Municipal 516, Canada João Ramos, Travessa do Silvestre, Portões Vermelhos e Canada do Barroso.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Obra de Ampliação da Escola EB/JI Dr. Francisco Machado Faria e Maia foi consignada no mês de Dezembro, terminando no mês de Maio ou Junho e estão a concluir um projecto para mais um bloco.

Quanto à Estrada Municipal 516 já houve a Abertura de Propostas, estando as mesmas em fase de análise e a ser estabelecidos contactos com os proprietários para aquisição dos terrenos. Em Fevereiro ou Março prevê-se o início da obra.

No final do mês de Janeiro estará concluída a obra de alargamento da Canada João Ramos.

Relativamente à Travessa do Silvestre, a obra está lançada a concurso e está para ser adjudicada. Na zona existem duas condutas de água pertencentes aos SMAS de Ponta Delgada que abastecem aquela zona e estão em conversações com aqueles Serviços para saber se vão substituir as condutas de água.

Sobre a Obra de ligação dos Portões Vermelhos à Malaca de Cima e Rua do Tanque o primeiro troço já foi lançado a concurso e o segundo troço vai ser lançado a concurso.

Na Canada do Barroso existia uma antiga exploração de bagacina o que por certo desmotivava a reparação da Canada com vista a evitar que as pessoas depositassem mais entulhos. É intenção da Câmara colocar o projecto da obra a concurso.

O membro **Luís Pires** agradeceu a intervenção da Câmara Municipal relativamente à situação do trânsito junto à escola de Água de Pau e questionou se a dívida do Restaurante Porto dos Carneiros foi perdoada.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que este assunto foi falado na última reunião. Houve um Acordo entre a Sociedade Porto dos Carneiros e a Câmara Municipal de Lagoa, tendo as benfeitorias realizadas sido integradas no património do Município.

O membro **André Almeida** questionou o porquê do Protocolo de atribuição de apoio ao Clube Náutico de Lagoa só ter sido assinado quase no final do ano.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que se encontrava em falta no processo do Clube Náutico de Lagoa, o último Relatório de Contas aprovado pela Assembleia-Geral, documento exigido de acordo com o Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios.

O membro **Rui Ramos** questionou se o seu nome consta da acta da reunião Camarária, sobre este assunto. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não sabia precisar.

O membro **Paulo Jorge Amaral** congratulou-se pela intervenção dos membros do PS, nesta sessão e por apresentarem questões ao Senhor Presidente da Câmara, não sendo só os membros do Partido Social-Democrata e pela presença do Senhor Administrador da Empresa Municipal de Lagoa, EM, pena que não apareça nas reuniões públicas da Câmara onde se discute os assuntos da EML. Congratulou-se ainda pela decoração de Natal levada a efeito pela Junta de Freguesia do Rosário que iguala a algumas das cidades e pela colocação do corrimão em frente ao Cine - Teatro Francisco d' Amaral Almeida. Felicitou a Câmara Municipal e o Vice-Presidente da Câmara pela realização do Concurso de Presépios e as Juntas de Freguesia também pela realização de presépios.

Questionou se a Casa Museu já foi adquirida e para quando se prevê a transferência do Museu do Presépio Açoriano.

Sobre a notícia publicada no passado dia 20 de Dezembro, no Jornal Correio dos Açores, acerca da distribuição de Cabazes de Natal no Concelho de Lagoa às IPSS, referiu que lhe alegra bastante que o Senhor Vice-Presidente da Câmara tenha uma ideia diferente do Senhor Presidente da Câmara. Bem-Haja pela acção do Senhor Vice-Presidente.

No passado dia 1 de Dezembro foi publicada uma notícia sobre a Escola de Água de Pau, questionou quando se prevê a entrada em funcionamento e referiu que gostaria de ver o projecto da referida Escola.

Sobre o Posto de Turismo de Água de Pau, criticou a Câmara Municipal por ter deixado passar um ano, sem insistir com a Junta de Freguesia de Água de Pau para proceder às obras de remodelação já apoiadas pela Câmara Municipal. Questionou para quando a obra do Jardim de Água de Pau também apoiada pela Câmara Municipal.

Face à avaliação da actual ETAR referiu que gostava de ter acesso ao parecer da Empresa da Especialidade e questionou para quando a sua entrada em funcionamento.

Questionou ainda para quando a SCUT, o Plano de Urbanização de Água de Pau e de quem é a obra dos apartamentos do Paul.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Edifício para a Casa Museu do Presépio já foi adquirido, a Câmara aguarda a conclusão do projecto que terá um prazo de execução de 12 meses.

Sobre a distribuição de Cabazes de Natal no Concelho de Lagoa às IPSS, referiu o Senhor Presidente que é contra a utilização de dinheiros públicos para a distribuição de Cabazes, como fazia o anterior Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco. O Senhor Roberto Medeiros no exercício das suas funções angariou os Cabazes, nos Estados Unidos da América e esta não é uma situação nova.

O processo da Escola de Água de Pau sofreu alterações ao longo do seu percurso. O Governo decidiu passar a Escola EB/JI para Escola Básica Integrada e houve necessidade de fazer um novo projecto, sendo o Governo Regional a Entidade que vai lançar a concurso e executar a construção da obra. Há atrasos no processo mas não por motivos imputáveis à Câmara.

O procedimento que a Câmara Municipal teve com a Junta de Freguesia de Água de Pau, sobre a transferência de verba para apoio às obras do Posto de Turismo, foi o mesmo que teve com outras Instituições. Por parte da Junta de Freguesia foi justificada a verba transferida com documentos justificativos de despesa realizada. A Câmara apoiou com 15% do valor da obra. A notícia que foi publicada no Jornal Açoriano Oriental não foi da responsabilidade da Câmara Municipal. A Câmara aceitou as razões manifestadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

Quanto ao Jardim de Água de Pau referiu que já foram transferidas verbas mas não foram suficientes para executar a obra, no próximo ano a mesma será concluída.

Em relação à ETAR – como se trata de um projecto antigo foi pedido parecer a uma empresa da especialidade, prevendo-se a sua entrada em funcionamento para 2009.

Sobre a SCUT a informação é pública e o início dos trabalhos será no início do próximo ano.

Sobre o Plano de Urbanização de Água de Pau existe verba no orçamento, já se realizou a primeira reunião da Comissão Mista de Coordenação e a Equipa Projectista está a preparar uma nova proposta.

Os apartamentos do Paul, em Água de Pau, foram construídos no âmbito de um Concurso em que a Câmara cedeu o terreno, e as obras foram financiadas pelo INH – Instituto Nacional da Habitação.

O membro **Norberto da Ponte** questionou sobre o sistema de apoio às Empresas do Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara informou que vão avançar no próximo ano com apoio às microempresas para revitalizar o comércio tradicional do Concelho e dar resposta a algumas iniciativas de investimento. Será feita uma parceria com NELAG à semelhança dos Projectos PROCOM e URBCOM. O NELAG fará a recepção das candidaturas e a sua aprovação visto estar ligado aos Empresários da Lagoa.

O membro **Eduíno Rego** felicitou a Câmara pelo projecto de ampliação da Escola do Cabouco com mais quatro salas de aulas e com a edificação de um bloco para as refeições das crianças e para a prática de educação física. Igualmente felicitou a Empresa Municipal de Lagoa, EM pelo desempenho na resolução dos problemas do Parque Educativo das Escolas do Primeiro Ciclo.

Questionou porque não foi colocado um semáforo no cruzamento da Rua Formosa com a Avenida Infante D. Henrique.

Por último questionou sobre a possibilidade da Câmara colocar uma ou duas lombas em frente à Escola 2,3 Padre João José do Amaral.

O Senhor Presidente da Câmara informou que é intenção da Câmara proceder à retirada da passadeira existente no Cruzamento da Rua Formosa com a Avenida Infante D. Henrique.

Sobre o último assunto apresentado o mesmo será estudado pelos respectivos Serviços.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem do relatório da actividade municipal, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro **Paulo Jorge Borges** referiu que o Relatório de Actividades enferma no mesmo problema. Voltou a dizer o que já tinha dito, um relatório tem de ser feito com base em actividades desenvolvidas no passado e não com base em futuras acções e a fazer referência a intenções. Citou que “Lagoa com Índice de Envelhecimento mais baixo” e “Em 2005 Lagoa apresentou Índices elevados de poder de compra” não são actividades desenvolvidas pela Câmara.

Comentou que no Dia Europeu sem Carros que a Lagoa aderiu, as Ruas que estiveram fechadas ao trânsito foram poucas, deveriam ter sido mais. Porque segundo a Câmara Municipal pretendia-se fomentar o uso de transportes públicos, ora não é com apenas o troço da Rua 25 de Abril, desde o canto da Rua Formosa até ao Canto do Rosário que se vai conseguir este objectivo.

Questionou para quando a Câmara irá arranjar a Canada das Mercês.

A Câmara apoiou as obras de conservação da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia no Cabouco e questionou se irá apoiar os Vitrais e a reparação do Sino da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Sobre o Plano de Urbanização do Cabouco referiu que concorda e sugere que também seria importante resolver o problema grave da qualidade do ar na freguesia do Cabouco e a falta de cobertura da rede de telemóveis naquela localidade.

Deu os parabéns à Câmara pelo Projecto “Ciência Divertida”.

Sobre a abertura de propostas da obra de Requalificação da Praça Velha, em Santa Cruz, referiu que gostaria de saber qual a firma que irá executar as obras.

Criticou que a informação “Greve da Administração Publica” está desapropriada neste Relatório.

Questionou sobre o projecto da Urbanização Vida Nova.

Sobre a Informação da Actividade Camarária apresentada o Senhor Presidente da Câmara informou que apresenta informação detalhada da actividade relevante para o Município. Em sua opinião, dizer que “Empresas e Postos de trabalho criados crescem na Lagoa” é importante para informar e para mais tarde recordar.

Respondeu o Senhor Presidente que não sabe se a Câmara irá apoiar os Vitrais da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Em relação ao Plano de Urbanização do Cabouco é importante disciplinar e tem de ser feito de forma ordenada. Sobre o problema dos maus cheiros na Freguesia do Cabouco referiu que não é um problema fácil de resolver pois trata-se de uma situação complexa. Referiu que em conversa com o Presidente da Entidade que regula o sector das Comunicações foi-lhe dito que passaram dois dias no Cabouco a tirar medições e confirma-se a necessidade de instalação de mais antenas emissoras para a Zona do Cabouco.

Relativamente ao concurso da obra de Requalificação da Praça Velha, em Santa Cruz, referiu que se encontra ainda na Comissão de Análise de Propostas.

Na Urbanização Vida Nova serão construídos 30 fogos em regime de habitação a custos controlados, 33 fogos em regime de Habitação Social e 10 lotes para auto-construção. Os 33 fogos em regime de Habitação Social serão apoiados em 40% pelo INH, 40% pelo Governo Regional dos Açores e os restantes 20% pela Câmara Municipal de Lagoa. A Câmara Municipal comprou o terreno que foi cedido através de concurso e serão construídas no total mais 73 habitações na Lagoa.

O membro **Luís Pires** referiu que na informação foi apresentado que o Concelho de Lagoa atingiu um indicador de poder de compra de 68,45%, sendo o segundo mais elevado dos Municípios de São Miguel mas não menciona quem ficou em 1º e 3º lugar, para comparar com os outros Concelhos.

Questionou qual o valor das verbas que a Autarquia gasta em publicidade na Quadra Natalícia que reverteram para fins Sociais e o valor do ano anterior que não foi informado.

O Senhor Presidente da Câmara informou que Ponta Delgada foi, em 2005, o concelho Açoriano com maior poder de compra da Região Autónoma dos Açores, seguindo-se na Ilha de São Miguel o Concelho de Lagoa e esta é uma informação importante que deve ser divulgada.

Sobre o valor das verbas que reverteram para fins Sociais os Serviços Camarários irão fazer o levantamento.

O membro **Rui Ramos** sugeriu que as sessões da Assembleia Municipal deveriam passar a ser realizadas durante o dia e agradecia que esta sugestão fosse ponderada.

Sobre a informação apresentada "Empresas e Postos de trabalho criados crescem na Lagoa" referiu que face ao Concelho de Lagoa se situar numa zona privilegiada em relação a outros Concelhos, obviamente que o emprego também cresceu.

Apresentou a toda a Assembleia, em power point, quadros com dados estatísticos do Observatório do Emprego e Formação Profissional dos Açores, sobre o assunto e com a evolução ocorrida nos últimos anos.

O Senhor Presidente da Câmara questionou se o membro Rui Ramos dava razão à informação prestada pela Câmara Municipal, sobre a notícia que a Lagoa cresceu acima da média regional, até mesmo, dos Concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande. Referiu que o Concelho de Lagoa geograficamente é pequeno mas em relação ao número de pessoas representa o mesmo número de pessoas da Ilha do Pico.

O membro Rui Ramos referiu que não e apresentou dados concretos e verdadeiros, conforme texto de introdução do estudo que contradizem as afirmações públicas feitas pela Câmara Municipal de Lagoa e que se encontra anexo a esta acta. Leu as seguintes partes: " ... Ponta Delgada continua a manter a sua posição relativa, tanto no que respeita ao número de empresas como ao de estabelecimentos e respectivas pessoas ao serviço." " ... Em todo o caso, é no concelho de Ribeira Grande que se observam as maiores variações. Ali, o número de empresas aumentou 130,5% e o respectivo número de trabalhadores subiu 138,7%. Na análise das pessoas ao serviço nos estabelecimentos, a situação é similar." " ... As maiores variações ocorreram nos concelhos de Nordeste e Ribeira Grande onde o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos subiu 125,1% e 117,8%, respectivamente." " ... Refira-se ainda que o concelho desta ilha responsável pelo maior aumento do número de empresas é o de Ribeira Grande com uma variação de 130,5% e correspondente aumento de 138,7% de pessoas ao serviço."

Referiu que o Senhor Presidente da Câmara gosta de dizer que o PSD gosta de denegrir a imagem do Concelho e não vai admitir que diga mais isto. O que o PSD quer é que não se conte meias verdades, gosta de dizer a verdade toda. Congratula-se com o Concelho de Lagoa por ter mais 300 postos de trabalho.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

A membro Maria do Carmo Carreiro Matos Lima ausentou-se da reunião.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na Área do Município de Lagoa (Açores), com a informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, nos termos do artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República, qualquer reclamação, observação ou sugestão à referida proposta.

O membro Luís Pires referiu que nesta proposta quem decide é o Senhor Presidente da Câmara e na proposta apresenta no ponto nº 3 quem decide é o Júri.

O Senhor Presidente da Câmara informou que são processos diferentes. O júri analisa, há uma proposta fundamentada de decisão e o Presidente decide.

O membro Rui Ramos solicitou uma definição de conceito de Agregado Familiar para o Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa (Açores).

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a informação já foi solicitada aos Serviços da Câmara.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro abstenções dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos e Luís Miguel Pires, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a Alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na Área do Município de Lagoa (Açores) conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que o assunto fosse retirado para ser estudado e apresentado na próxima sessão.

A Assembleia Municipal concordou, por unanimidade, com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa.

PONTO Nº 4 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÃO DO IMI RELATIVO À SEDE DO CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo com o pedido de parecer para isenção do IMI, relativo à sede do Clube Operário Desportivo, a apresentar à DGCI entidade competente para autorizar o referido pedido.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que em assuntos desta natureza, será necessário tomar cuidado porque não podemos cair no extremo de criar cidadão de 1ª e de 2ª. Perguntou qual o montante de IMI que o Clube vai poupar.

O Senhor Presidente da Câmara informou que será o valor da avaliação efectuada pelos Serviços de Finanças a multiplicar pela taxa de 0,3%.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Emitir Parecer Positivo no sentido do Clube Operário Desportivo poder solicitar a Isenção do IMI, à Direcção - Geral dos Impostos, referente à sede daquele Clube;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2007:

Pela Câmara Municipal foi presente a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2007, elaborada de acordo com o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

A Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano agora efectuada, apresenta uma diminuição às importâncias do Orçamento inicial, quer na receita como na despesa, no montante de € 2.904.786,00 (dois milhões novecentos e quatro mil setecentos oitenta e seis euros).

O Senhor Presidente da Câmara explicou que se procedeu à 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de forma a corrigir os valores do orçamento inicial em virtude de este ano não estarem ainda concluídos os 33 fogos no Loteamento da Longeira, prevendo-se a sua aquisição no 1º Trimestre de 2008.

O membro Leonel Rosa da Silveira questiona se na 2ª feira vai haver tolerância de ponto.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não.

O membro Luis Pires questionou se com esta alteração orçamental há uma redução no montante do orçamento.

O Senhor Presidente da Câmara informou que sim, há uma diminuição às importâncias do Orçamento inicial, quer na receita como na despesa, no montante dos 33 fogos a adquirir no Loteamento da Longeira.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que uma vez que estamos a um dia útil do final do ano não vê eficácia nenhuma em fazer esta revisão.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com cinco votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos, Luís Miguel Pires e Rui Borges, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 2.904.786,00 (dois milhões novecentos e quatro mil setecentos oitenta e seis euros), de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Pelo membro Paulo Jorge Borges foi declarado que vota contra esta revisão orçamental porque não vê eficácia nenhuma fazer esta revisão a um dia útil do final do ano.

PONTO Nº 6 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2008:

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano financeiro de 2008.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 20.500.000,00 euros (vinte milhões e quinhentos mil euros), sendo 8.080.404,00 euros (oito milhões oitenta mil quatrocentos e quatro euros) de receitas correntes e 12.419.596,00 euros (doze milhões quatrocentos e dezanove mil quinhentos noventa e seis euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.336.805,00 euros (sete milhões trezentos e trinta e seis mil oitocentos e cinco euros) de despesas correntes e 13.163.195,00 euros (treze milhões cento e sessenta e três mil cento e noventa e cinco euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 11.042.281,00 euros (onze milhões quarenta e dois mil duzentos e oitenta e um euros) e no Plano de Acções mais relevantes foi de 1.576.284,00 euros (um milhão quinhentos e setenta e seis mil duzentos e oitenta e quatro euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 12.618.565,00 euros (doze milhões seiscentos e dezoito mil quinhentos e sessenta e cinco euros).

Verificado o equilíbrio orçamental aos documentos acima mencionados, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação o Orçamento para 2008 bem como as Grandes Opções do Plano.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou várias questões: Quais os imóveis que a Câmara vai adquirir; Quanto vai custar o parecer da ETAR e quais as Acções de Promoção Turística que estão mencionadas no Plano de Actividades Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara vai realizar em 2008 a escritura do imóvel sito à Canada dos Canecos por 45.900,00 € e proceder à aquisição de um imóvel na Rua dos Ferreiros, em Água de Pau. Referiu que não sabe o custo do parecer da ETAR porque a Câmara Municipal não recebeu as propostas das possíveis empresas candidatas para a execução do referido parecer. Informou que abrimos a rubrica Acções de Promoção Turística porque consideramos um investimento onde há retorno no Concelho de Lagoa.

O membro Paulo Jorge Amaral referiu que analisando este orçamento se verifica que mais uma vez o orçamento é empolado, não é rigoroso e estão a brincar com

os Lagoenses. O acréscimo relativamente ao orçamento do ano anterior por incrível que pareça é na parte de capital e questionou que quem não consegue executar um orçamento de 16 milhões como é que vai executar um orçamento de 20 milhões.

O Senhor Presidente da Câmara informou que não podemos adjudicar uma obra sem estar inscrita no orçamento e para se poder candidatar a Fundos Comunitários.

O membro Rui Ramos referiu que de facto estamos parados no tempo. O projecto referente às Habitações, na Longueira, refere-se à obra que o Senhor Engenheiro Luís Martins Mota deixou. Será quase impossível à Câmara, em 2008, arrecadar o valor apresentado em orçamento 20.500.000,00 euros. As taxas de execução do orçamento de 2007, a 17 de Dezembro, foram: na receita – 52,7% e na despesa – 51,6%, pelo que face a estes valores a Câmara vai atingir pouco mais da metade do orçamento de 2007.

O membro Rui Ramos apresentou e leu a declaração de voto assinada pelos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria do Carmo Lima; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Miguel Pires, que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“Mais uma vez estamos perante um documento empolado e de concretização impossível. Como tal não passa de uma declaração de intenções que; à semelhança do ano anterior, se que dará por execuções baixíssimas, não obstante a sobrecarga que este executivo impõe sobre os municípios e sobre as empresas.

Depois de aumentados e “inflacionados” os impostos, as taxas e as tarifas, é recorrente a incapacidade socialista de gerar receitas em prol do investimento e do desenvolvimento do Concelho, estando o executivo mais preocupado em distribuir as parcas receitas numa lógica de manutenção do seu próprio poder.

Para além destas considerações, trata-se de um orçamento ferido de ilegalidade, uma vez, que não respeitou o Decreto-lei nº 84-A/2002, de 5 de Abril, nomeadamente no que concerne às Regras Previsionais do POCAL, onde à semelhança do anterior orçamento se constata um forte empolamento das receitas. Não compactuamos com tal prática ilegal e recorrente, pelo que, nos desvinculamos de toda e qualquer consequência legal ou outra que a aprovação deste documento possa, futuramente implicar.

Do mesmo modo, repudiamos a demagógica atitude em referir que “a crítica e os votos contra não criam desenvolvimento e investimento”, como se nós não quiséssemos o investimento e o desenvolvimento do Concelho. O que nós não

queremos é ver o nosso Concelho gerido na base da ilegalidade e das meias verdades.

O que não aceitamos nem podemos aceitar é que se engane os Lagoenses, prometendo um determinado investimento que depois, feitas as contas, se fica pela metade, como provam as execuções dos anos anteriores.

Nós queremos o desenvolvimento e queremos mais investimento para o concelho, mas sobretudo queremos Verdade na política.

Não estamos aqui para defender interesses privados ou particulares. Estamos aqui com espírito de serviço às populações e por isso mesmo estudamos os documentos, informamo-nos, aprofundamos as questões e defendemos os nossos pontos de vista, perseguindo um único objectivo: o bem comum e os interesses do Povo.

Porque estamos em minoria, nem sempre esta Câmara acolhe as nossas propostas. Geralmente rejeita-as, outras vezes concorda mas vota contra!

De uma coisa podem todos estar certos: dormimos de consciência tranquila e com o sentido de dever cumprido.

Por isso, se o Orçamento é um documento onde assenta a generalidade das políticas do Concelho, o PSD/Lagoa não pode compactuar com um orçamento ilegal e empolado pois isso seria enganar, seria mentir aos Lagoenses. Nós queremos um orçamento de verdade e não um documento que apenas esconde e mascara a realidade dos Lagoenses.

Nós somos pela verdade e não a escondemos aos Lagoenses. Essa é, no fundo, a grande diferença que nos separa.

Neste contexto, a nossa posição e o nosso voto só pode ser, à semelhança do ano anterior, contra o Orçamento e contra o espírito da sua concepção, cujo objecto visa apenas disfarçar uma gestão pouco eficaz e consequentemente lesiva para os interesses dos Lagoenses.”

O Senhor Presidente da Câmara salientou que independentemente das críticas não foi apresentada nenhuma proposta alternativa. Que não se faça os 20 milhões que sejam os 10 milhões, digam o que não é para fazer. O Orçamento consubstancia um conjunto de iniciativas, digam que obras que gostariam que a Câmara não fizesse.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que não são os membros da Oposição que têm que apresentar documentos alternativos. Não compete à Oposição governar.

O membro Leonel Rosa da Silveira acrescentou que se não apresentamos alternativas porque não segue o exemplo do Presidente da Câmara de Lisboa. A Câmara faz um empréstimo para liquidar as dívidas. A Câmara tem valor em dívida que até justifica um empréstimo, paga as dívidas e faz um orçamento real. Apresentou como sugestão o valor do empréstimo de 2 milhões de euros.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal da Lagoa não apresenta desequilíbrio financeiro.

O membro Rui Ramos expôs que os membros da Oposição não querem que se deixe de fazer A, B ou C, têm é escolhas de prioridades diferentes. Se houvesse um diálogo efectivo seria diferente, agora fazer um orçamento é que não temos que o fazer. Não queremos ser o problema na parte da solução.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos, Luís Miguel Pires e Rui Borges, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar o Orçamento para 2008 no montante de 20.500.000,00 euros (vinte milhões e quinhentos mil euros);

2º Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2008;

3º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da mesa, a fim de evitar a sua transcrição em acta, conforme determina o artigo 5º do Decreto-Lei nº 45 362, de 21 de Novembro de 1963, na sua actual redacção dada pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto.

PONTO Nº 7 – PROPOSTA – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO:

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), durante o período de vigência do Orçamento de 2008, de acordo com o nº 7 do artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.

O membro Paulo Jorge Borges questionou o Senhor Presidente da Câmara o porquê deste empréstimo para o ano de 2008.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Empréstimos a Curto Prazo são contraídos para ocorrer

a dificuldades de Tesouraria. Atendendo que o fluxo de realização das receitas do Município não é regular ao longo do ano, este empréstimo a curto prazo é necessário para a Actividade Camarária.

Com o valor deste empréstimo a Câmara irá efectuar pagamentos de obras comparticipadas por Fundos Comunitários. Conforme as regras, a Câmara Municipal primeiro paga aos fornecedores e depois apresenta os recibos para ser reembolsada pelos Fundos Comunitários.

O membro Luís Pires questionou se a Câmara Municipal tem encargos financeiros com este empréstimo de curto prazo.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara irá pagar os juros referentes à duração do empréstimo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Miguel Pires, dos vinte e um membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), durante o período de vigência do Orçamento de 2008, de acordo com o nº 7 do artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Pelos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria do Carmo Lima; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Miguel Pires, foi apresentada a declaração de voto que abaixo se transcreve, a qual foi lida pelo membro Rui Ramos e que se anexa à presente acta:

"Relativamente à proposta de pedido de empréstimo a curto prazo, no valor de 400.000,00 €, sublinhamos o facto de ser notória a prática recorrente de, à última da hora, fazer face às dificuldades de tesouraria, com inevitáveis custos para o Município.

Faz hoje precisamente um ano que aprovamos um empréstimo de 300 mil euros, quando havia receitas por cobrar no valor de 120.693,16 €.

Depois mesmo do "perdão" de 88 mil euros a um único empresário, pedem-nos agora que aprovemos não 300 mas sim 400 mil para fazer face às novas mas

sempre velhas dificuldades, decorrentes de uma filosofia de gestão onde há sempre filhos e enteados.

Os prejudicados são sempre os mesmos: os munícipes cumpridores. Estes, com a actual filosofia desta maioria, são obrigados a pagar os juros, as taxas e os impostos, ao mesmo tempo em que se permite e se consente o incumprimento dos deveres por parte de alguns munícipes que, por interesse próprio, sustentam o actual poder autárquico.

Não somos contra as obras candidatáveis aos Fundos Comunitários a que, segundo o Senhor Presidente, se destina tal empréstimo. Somos é contra o presente “modelo” de gestão deste executivo.

Assim sendo, não nos resta outra alternativa senão votar contra esta proposta.”

PONTO Nº 8 – PROPOSTA - PARTICIPAÇÃO NO IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta a fim de ser deliberado em 5% a participação variável no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, relativo aos rendimentos do ano de 2008, conforme previsto no artigo 20º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

O membro Leonel Rosa da Silveira questionou se esta participação variável no IRS não vai onerar mais os contribuintes.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Participação Variável no IRS em 2007 e 2008 foi fixada pela Lei das Finanças Locais, em 5%.

O membro Leonel Rosa da Silveira questionou qual o valor desta receita.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu cerca de 250.000,00 euros.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto contra do membro Leonel Rosa da Silveira e duas abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges e Rui Ramos, dos vinte e um membros presentes:

1º Deliberar em 5% a participação variável no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 - PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA E A EMPRESA MUNICIPAL DE LAGOA, EML - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DA LAGOA, E.M.:

Pela Câmara Municipal foi apresentada a proposta e a minuta do contrato programa a celebrar entre o Município da Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa, EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., conforme documento anexo a esta acta, dela fazendo parte integrante.

O Senhor Vereador José Cabecinha solicitou a sua intervenção para o exercício do direito de defesa de honra.

Esclareceu que a cópia autêntica de parte da acta, sobre este assunto, não corresponde à verdade. Está registado *“Solicitaram os Vereadores do Partido Social-Democrata a presença do Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da EML, para prestar esclarecimentos”* quando na verdade não solicitaram a presença do Senhor Presidente para prestar esclarecimentos. O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal que iria prestar os esclarecimentos aos Vereadores da Oposição sobre a actividade da Empresa Municipal de Lagoa porque havia recebido um parecer jurídico que lhe conferia tal direito e apresentou a Informação Jurídica.

Mais esclareceu que após a reunião analisaram a Informação Jurídica apresentada pelo Senhor Presidente porque em reunião não lhes foi dado tempo para analisar a referida Informação e verificaram que a nota 7 refere que *“Idêntica obrigação impende sobre os demais membros do Conselho de Administração da EML”* tendo o Senhor Presidente omitido esta nota.

Destacou que o pedido que fizeram na reunião de 26 de Novembro de 2007 foi que queriam a presença do Administrador da Empresa Municipal de Lagoa para prestar esclarecimentos face à importância dos documentos apresentados, designadamente, o Plano de Actividades da Empresa Municipal de Lagoa, para 2008, elaborado pelo referido Administrador. Salientou que o pedido que fizeram estava correcto e o descrito na nota 7 dá-lhes razão, pelo que fazia todo o sentido, face à solicitação apresentada, de ser o Administrador da Empresa Municipal de Lagoa a prestar todos os esclarecimentos.

O senhor Presidente da Câmara informou que a acta vai ser corrigida.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que para além do documento apresentado não ser um documento verdadeiro, acha estranho que a Câmara Municipal comprometa-se com a transferência de verbas, por um prazo de 30 anos, até 2037. Com esta proposta o Senhor Presidente está a comprometer os anos futuros e já revelou não concordar com este tipo de situação.

O membro Rui Ramos questionou se teremos nós, o direito de tomar uma decisão por 30 anos.

O membro Rodolfo Marques da Silva referiu que um particular compra uma casa por 40 anos e os filhos também vão ter que pagar a casa.

Submetida à votação a proposta de celebração de contrato programa com a EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da aprovação da respectiva minuta, foi a mesma autorizada, por maioria, com cinco votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos, Luís Miguel Pires e Rui Borges, dos vinte e um membros presentes.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 10 - PROPOSTA PARA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICIPAL DE LAGOA, EML - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DA LAGOA, E.M., ATRAVÉS DA ENTRADA EM ESPÉCIE:

Pela Câmara Municipal foi apresentada a proposta para o aumento do capital social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da entrada em espécie, conforme documento anexo a esta acta, dela fazendo parte integrante.

Submetida à votação a proposta de aumento de capital da Empresa Municipal de Lagoa – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através de transmissão do direito de propriedade sobre os prédios:

- 1) "N.º 4, secção P com uma área de 2.500 m²"
- 2) "N.º 5, secção P com uma área de 1.684 m²"
- 3) "N.º 19, secção P com uma área de 1.340 m²"

- 4) "N.º 21, secção P com uma área de 1.380 m²"
- 5) "N.º 22, secção P com uma área de 1.340 m²"
- 6) "N.º 23, secção P com uma área de 3.820 m²"
- 7) "N.º 35, secção O com uma área de 3.220 m²"
- 8) "N.º 51, secção O com uma área de 2.760 m²"
- 9) "N.º 52, secção O com uma área de 1.000 m²"
- 10) "N.º 53, Secção O com uma área de 1.020 m²"
- 11) "N.º 54, secção O com uma área de 2.600 m²"
- 12) "N.º 55, secção O com uma área de 1.800 m²"
- 13) "N.º 56, secção O com uma área de 1.160 m²"
- 14) "N.º 58, secção O com uma área de 530 m²"
- 15) "N.º 60, secção O com uma área de 2.780 m²"
- 16) "N.º 61, secção O com uma área de 880 m²"
- 17) "N.º 62, secção O com uma área de 920 m²"
- 18) "N.º 63, secção O com uma área de 800 m²"
- 19) "N.º 64, secção O com uma área de 800 m²"
- 20) "N.º 65, secção O com uma área de 3.060 m²"
- 21) "N.º 66, secção O com uma área de 3.100 m²"
- 22) "N.º 67, secção O com uma área de 1.780 m²"
- 23) "N.º 68, secção O com uma área de 5.560 m²"
- 24) "N.º 69, secção O com uma área de 3.180 m²"
- 25) "N.º 71, secção O com uma área de 4.180 m²"
- 26) "N.º 72, secção O com uma área de 2.960 m²"
- 27) "N.º 74, secção O com uma área de 4.180 m²"
- 28) "N.º 75, secção O com uma área de 2.840 m²"
- 29) "N.º 76, secção O com uma área de 1.130 m²"
- 30) "N.º 77, secção O com uma área de 1.060 m²"
- 31) "N.º 78, secção O com uma área de 1.605 m²"
- 32) "N.º 79, secção O com uma área de 1.557 m²"
- 33) "N.º 85, secção O com uma área de 3.720 m²"
- 34) "N.º 86, secção O com uma área de 2.480 m²"
- 35) "N.º 89, secção O com uma área de 1.800 m²"
- 36) "N.º 90, secção O com uma área de 5.000 m²"
- 37) "N.º 91, secção O com uma área de 3.980 m²"

- 38) "N.º 93, secção O com uma área de 1.300 m²"
- 39) "N.º 94, secção O com uma área de 1.280 m²"
- 40) "N.º 95, secção O com uma área de 540 m²"
- 41) "N.º 96, secção O com uma área de 640 m²"
- 42) "N.º 99, secção O com uma área de 1.080 m²"
- 43) "N.º 100, secção O com uma área de 2.200 m²"
- 44) "N.º 101, secção O com uma área de 500 m²"
- 45) "N.º 102, secção O com uma área de 1.520 m²"
- 46) "N.º 103, secção O com uma área de 3.260 m²"
- 47) "N.º 106, secção O com uma área de 720 m²"
- 48) "N.º 107, secção O com uma área de 680 m²"
- 49) "N.º 109, secção O com uma área de 4.320 m²"
- 50) "N.º 110, secção O com uma área de 5.900 m²"
- 51) "N.º 116, secção O com uma área de 2.780 m²"
- 52) "N.º 189, secção O com uma área de 8.400m²"

pelo valor de 1.628.451,00 € (um milhão seiscentos vinte oito mil quatrocentos e cinquenta e um euros), bem como autorizações constantes da deliberação do Executivo Municipal, foi a mesma autorizada, por maioria, com cinco votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos, Luís Miguel Pires e Rui Borges, dos vinte e um membros presentes.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Os membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos, Luís Miguel Pires e Rui Borges referiram que votaram contra esta deliberação por coerência com o ponto anterior.

OUTROS:

O membro Paulo Jorge Borges apresentou as seguintes questões:

- Se o projecto dos Apartamentos do Paul, sitos em Água de Pau, foi licenciado pela Câmara Municipal, incluindo o projecto da Cabo TV e quem fiscalizou aquela obra. Questionou ainda se o Senhor Presidente da Câmara sabia que alguns dos apartamentos têm menos metros quadrados do que os previstos no projecto e quem terá ganho com isso;

- Quando será construído o Parque Infantil;
- Os Serviços da Empresa Municipal de Lagoa, E.M. foram transferidos para outras instalações, quanto custaram as obras e qual o valor da renda mensal. Foi referido em manifesto eleitoral que a Sede da EML seria no edifício junto aos Paços do Concelho na freguesia de Santa Cruz mas já desistiu da ideia ou andou a enganar o Povo de Santa Cruz;
- Qual o ponto da situação da Pousada da Enatur;
- Através do site da Câmara tomou conhecimento que a Câmara Municipal de Lagoa vai lançar a concurso público a obra de correcção e beneficiação dos arruamentos e passeios do Aldeamento de Nossa Senhora da Graça, na Freguesia do Rosário e referiu que os mesmos já tinham sido todos pagos;
- Foi publicada uma notícia sobre o envio de processos para tribunal por falta de pagamento de rendas, qual o ponto de situação;
- Na página da Internet do PS está publicado o Boletim Informativo do Partido Socialista e refere que o PSD - Lagoa são contra os subsídios. Nunca disse que era contra subsídios mas sim contra a falta de rigor e critério na atribuição dos mesmos e referiu que não é só com subsídios que se gere uma Autarquia;
- Para quando a disponibilização das actas no site da Câmara Municipal.

Por último manifestou o seu desagrado pela proposta apresentada pelo Senhor Presidente de regular o período de intervenção aberto ao público nas reuniões públicas Camarárias. Da obrigatoriedade de inscrição dos munícipes até dois dias úteis antes da data da reunião pública em que pretendam intervir e da mesma deverá constar uma breve súmula do assunto a tratar. Comentou que o artigo 84º da Lei das Autarquias Locais não dispõe desta norma e o Senhor Presidente não pode comparar o Concelho de Lagoa com o Concelho de Lisboa. Mais, existe um parecer da Procuradoria-Geral que contrapõe um ponto do regimento da Câmara Municipal do Porto semelhante ao da Câmara Municipal da Lagoa.

O membro Rui Ramos referiu que em Municípios aonde participam centenas de pessoas, como por exemplo na Câmara de Lisboa ou Sintra é obvio que fazem regimentos a estabelecer regras mas um regimento não dá poderes ao Senhor Presidente de deixar falar. O Senhor Presidente da Câmara da Lagoa pretende calar a boca dos Lagoenses.

Sobre as questões apresentadas o Senhor Presidente da Câmara prestou as seguintes informações:

- A obra dos Apartamentos do Paul, sitos em Água de Pau, foi licenciada pela Câmara Municipal. Relativamente à questão da Cabo T.V. o processo foi apanhado por uma alteração da legislação, sendo da responsabilidade da Empresa Construtora e do Engenheiro que elaborou o Projecto de Telecomunicações. Sobre a última questão respondeu que desconhecia esta situação;
- Ainda não está concluída a zona para o Parque Infantil;
- Foi dado conhecimento público que aquele edifício em Santa Cruz seria para o Museu do Presépio e sede da EML mas depois de adquirida a moradia e estudado o projecto verificou-se que não havia espaço suficiente para todas as áreas. Naquele edifício será instalado o Museu do Presépio Açoriano e os Serviços de Protecção de Crianças e Jovens em risco. O valor da renda mensal será de trezentos euros, durante dois anos, a serem suportados pela Empresa Municipal de Lagoa e a Portas da Lagoa, S.A. Irá solicitar informação sobre o valor das obras;
- Tem conhecimento que por parte da Enatur confirma haver interesse em construir a Pousada no Convento dos Frades em Santa Cruz;
- Com a obra de correcção e beneficiação dos arruamentos e passeios do Aldeamento de Nossa Senhora da Graça, na Freguesia do Rosário, a Câmara vai concluir os trabalhos de infra-estruturas, designadamente os passeios, rede de águas pluviais que estão por concluir há cerca de 20 anos, bem como ampliar as zonas de estacionamento. Respondeu ainda que realmente os promotores daquela urbanização já tinham pago os passeios e a pavimentação. A responsabilidade da execução de obras nos loteamentos é do promotor da obra. A Câmara recepciona os loteamentos totalmente prontos. Neste caso concreto, como foi há 20 anos, não podemos apurar com rigor o que se passou, sendo certo que não tendo sido a obra executada na altura, a preços de 1988, não se conseguiria efectuar os trabalhos. Verificou-se agora também que as infraestruturas eléctricas e de telecomunicações e redes pluviais efectuadas em 1988 foram mal executadas, tendo sido necessário proceder à sua rectificação, que em muitos casos, originou a instalação de uma nova rede;
- Com os inquilinos com rendas em atraso a Câmara fez acordos de pagamentos e duas famílias não cumpriram com os mesmos, tendo os respectivos processos sido enviados para Tribunal;

- Não é responsável pelo documento publicado na página da Internet do PS e trata-se de um documento partidário. As afirmações que fez foram num discurso em determinado contexto num jantar comício do Partido Socialista;
- Está a decorrer uma alteração ao site da Câmara e logo que concluído, as actas serão disponibilizadas no site da Câmara Municipal;
- Em relação à proposta de regular as reuniões públicas, a mesma não fere de democracia.

Sobre a resposta do Senhor Presidente da Câmara ao documento publicado na página da Internet do PS o membro Paulo Jorge Borges contrapôs referindo que ele é o responsável máximo do PS na Lagoa e portanto tinha a obrigação de mandar corrigir.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Estiveram presentes e assistiram à sessão os Senhores José Fernando Carneiro Sousa, Eurico Lima e Rui Câmara Vieira, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

No uso da palavra o Senhor **José Fernando Carneiro Sousa** referiu que a razão da sua presença nas reuniões públicas dos Órgãos deste Município, ao longo deste ano, é a situação que tem alertado e que ainda não foi resolvida, o funcionamento do Armazém de Gás, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco que oferece perigo à população e que continua a funcionar sem ser tomada nenhuma medida de segurança.

Questionou se a Câmara Municipal já tinha atribuído subsídios para indemnizar estragos, às pessoas afectadas pelo tornado de 18 de Dezembro de 2006, porque tem conhecimento de pessoas que ainda não receberam qualquer participação por parte da Câmara Municipal.

Referiu que na sessão de 29 de Junho de 2007, o membro Leonel Rosa da Silveira recomendou a correcção de algumas bocas-de-incêndio que estavam mal acondicionadas e mal sinalizadas no Concelho e comentou que até à presente data, não viu ainda o trabalho executado. Alertou a Câmara que o pavimento junto à tampa de esgoto, em frente à Larimoda, na Rua Dr. José Pereira Botelho na freguesia do Rosário, ainda não foi reparado.

Referiu ainda que a Lei que aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas foi promulgada no passado

dia 10 de Dezembro, aguardando a sua publicação, sendo estabelecido nesta nova Lei a responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa.

No uso da palavra o Senhor **Eurico Lima** referiu que não é natural do Concelho mas reside na Lagoa há cerca de vinte anos. O assunto que lhe trouxe a esta sessão foi para alertar o estado em que se encontra o Jardim da Senhora da Graça, na freguesia do Rosário e que necessita de ser revisto. O mesmo encontra-se sem instalação eléctrica e a degradar-se. De dia serve para as crianças, mas à noite, infelizmente, é um parque para adultos e para outros fins.

Referiu que é a primeira vez que assiste a uma sessão da Assembleia Municipal e ficou com uma ideia como funciona uma sessão do Órgão Deliberativo.

Comentou que ficou surpreendido quando falaram dos semáforos instalados na Avenida Infante D. Henrique e que penaliza quem vai a 50 Km/h e não os condutores que vão a 90, 100 ou 120Km/h. Em sua opinião o sistema devia ser regulado para penalizar todos os condutores que ultrapassam o limite de velocidade permitido dentro das localidades.

Relativamente à exposição apresentada pelo membro Rui Ramos, sobre os dados estatísticos e à análise comparativa de crescimento entre os Concelhos da Ribeira Grande e Lagoa referiu que gostou, da mesma, mas os dados têm de ser analisados em números reais e efectivos e não em termos percentuais e apresentou o seguinte exemplo: No concelho do Corvo existe uma empresa e se for criada mais uma, a taxa de crescimento será de 100% e só foi criada apenas mais uma empresa.

Sobre as duas intervenções o Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que todos os processos, apresentados na Câmara, referentes aos prejuízos causados pelo tornado de 18 de Dezembro de 2006, se encontram concluídos, com excepção do processo referente à Sinaga que foi remetido para o Governo Regional.

A danificação da instalação eléctrica do Jardim da Senhora da Graça ocorreu aquando da passagem do tornado de 18 de Dezembro de 2006 e irá proceder-se à sua reparação em 2008. As iluminarias existentes já não se fabricam, daí a dificuldade em substituir as danificadas, pelo que a intervenção terá de ser total e mais abrangente. Quanto aos acontecimentos decorrentes naquele espaço, a Polícia de Segurança Pública está ao corrente da situação e trata-se de um problema geral de segurança no Concelho.

Em relação ao funcionamento dos semáforos vão ser dadas de imediato instruções à Empresa Electraçor, Lda. para proceder às devidas correcções, que passarão por uma ajuste no ângulo de posicionamento dos radares.

No uso da palavra o Senhor **Rui Câmara Vieira** referiu que participa nesta sessão na qualidade de cidadão independente. Em primeiro lugar, expôs que soube através da Comunicação Social que vão efectuar obras na Ermida de Nossa Senhora do Cabo, na freguesia de Santa Cruz e alertou para a sua protecção. Referiu tratar-se de uma Ermida do Século XVII, com azulejos sensíveis e de grande valor, pelo que sugeria a consulta ao Museu Nacional do Azulejo, para a realização dos trabalhos de conservação e a protecção do edifício com gradeamento.

Alertou a Câmara Municipal para as seguintes situações:

- No Serviço de Finanças de Lagoa existe um quadro propriedade da Câmara Municipal e sugeria que o mesmo fosse colocado num sítio mais visível;
- Faltam algumas placas toponímicas no Concelho de Lagoa;
- Há falta de iluminação no Porto dos Carneiros e no molho daquele Porto;
- Há falta de iluminação do Largo do Rosário e agrava-se a situação com as ramagens das árvores;
- Inexistência de passeio junto ao Multibanco da Caixa de Crédito Agrícola, sita à Rua Eng. Técnico João Mota Amaral, pelo que solicitou a intervenção da Câmara Municipal para a resolução desta situação com a mudança do local de instalação da máquina;
- As placas toponímicas existentes nos Remédios são de azulejos feitos na cerâmica da Ribeira Grande e por uma questão de preservação da tradição Lagoense, sugeria a utilização de azulejos da Lagoa;
- Os Herdeiros do Senhor Germano Melo são possuidores de um Presépio Movimentado e caso seja possível sugeria a preservação deste num Museu Municipal;
- Reconstrução da Ermida das Socas e Ermida Nossa Senhora das Mercês;
- Recuperação da Ermida de São Judas Tadeu que se encontra no Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal.

Questionou ainda o Senhor Rui Câmara Vieira para quando o Museu da Lagoa, pois tem conhecimento de várias pessoas que pretendem doar peças para o Museu.

Informou que faz parte da Comissão de luta contra o mau cheiro de algumas pocilgas que afectam as freguesias do Cabouco e do Rosário.

Na Vila da Lagoa existem duas bombas de gasolina mas às 21:00 horas encerram ao público, pelo que alvitrava a Câmara para uma intervenção de modo a evitar que a população se desloque a Ponta Delgada para abastecer após aquele horário. Por último questionou o Senhor Rui Câmara Vieira para quando a abertura da Estrutura do Tecnoparque no Pombal.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, informou que serão tomadas as devidas providências às recomendações apresentadas e prestou as seguintes informações:

- Na Rua Eng. Técnico João Mota Amaral aonde se encontra instalado o Multibanco da Caixa de Crédito Agrícola, a Câmara Municipal tem projecto para alargamento de passeios naquela via e nas outras vias circundantes, encontrando-se o projecto em fase de medições;
- Relativamente à Ermida de São Judas Tadeu a mesma foi desmontada há alguns anos e as pedras encontram-se no Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal mas tem dúvidas que estejam lá a totalidade, pelo que irá mandar averiguar;
- Sobre as explorações de suínos situadas na Zona da Chã do Rego de Água, pertencem ao Concelho da Ribeira Grande e já houve contactos no sentido de serem tomadas as providências para a resolução da situação e com conhecimento à Secretaria Regional do Ambiente para interceder junto das referidas empresas.

Mais informou o Senhor Presidente da Câmara que a EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., constitui uma parceria, com vista à implementação dos Equipamentos do Tecnoparque na Zona do Pombal.

A Assembleia tomou conhecimento.

Atendendo ser a última sessão do ano, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e desejou um Bom Ano de 2008 o que lhe foi igualmente retribuído por todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo duas horas e vinte minutos do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e sete, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa.

O PRESIDENTE

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
